

Divinópolis, 21 de janeiro de 2025.

Resposta da Adefom a matéria publicada por jornalismo on-line de Divinópolis.

Nota de repúdio e esclarecimentos.

Pretende a Adefom esclarecer o público e seus associados sobre matéria publicada no dia 20 de janeiro de 2025 por jornal digital de Divinópolis, matéria que tenta vincular de forma irresponsável a instituição aos atos praticados por ex-voluntário, M.H.O.

Expõe matéria publicada no dia 20 de janeiro de 2025 por jornal digital com sede na cidade de Divinópolis, que o ex-coordenador da Adefom M.H.O. foi condenado a 60 anos de prisão, em 1ª instância, por crime de estupro de vulneráveis, menores estas que conviviam em sua residência, processo que segue em segredo de justiça e com vazamento efetuado pelo pai das menores, conforme jornalista.

Assim, **vem a Adefom repudiar veementemente toda e qualquer violência cometida contra crianças e adolescentes, neste caso em especial a violência noticiada pelos veículos de informação on-line de Divinópolis que envolvem o ex-coordenador M.H.O. A Adefom se solidariza na dor e sofrimento das menores e de suas famílias,** pede a Adefom que o Estado aplique o devido rigor da lei para que a justiça seja feita.

Cabe informar que o jornalista responsável pela matéria procurou a Adefom no dia 16 de janeiro para que este se pronunciasse a respeito do processo que envolve o M.H.O. ora divulgado pelo Jornal Agora em Divinópolis.

Assim se pronunciou a Adefom.

“Enfatiza-se que a Adefom, qualquer dos seus diretores ou trabalhadores **não estão envolvidos nos fatos ora noticiados** pelo Jornal Agora.

Cabe esclarecer que a Adefom e seus diretores só ficaram sabendo do processo que envolve um de seus associados, por causa da matéria veiculada no Jornal Agora datada de 18 de janeiro de 2025, onde foi citada a instituição de forma arbitrária no intuito de dar notoriedade e alavancar a matéria, por ser a Adefom uma instituição de grande relevância e história na região Centro Oeste. Além do que também **foi noticiado que o processo corre em segredo de justiça**, sendo ilegal a veiculação do nome dos envolvidos.

Reforça-se que a Adefom é uma instituição com mais de 40 anos, responsável pela proteção e cuidado com centenas de pessoas, milhares dentro dos seus mais de 40 anos de trabalho e luta em prol das Pessoas com Deficiência e suas famílias, sendo leviano querer que a Adefom responda por questões relativas à vida privada dos seus associados.

Logo, não cabe a Adefom se pronunciar sobre processo que esta desconhece seus trâmites, decisões e envolvidos, por este se encontrar em segredo de justiça, podendo afirmar tão somente que o associado citado na matéria segue afastado da Adefom.”

Insatisfeito e descontente com o pronunciamento, inclusive porque este refere-se a outro meio de jornalismo on-line, o jornalista assediou os responsáveis pela Adefom (em especial o presidente), ao ponto de dizer que todos nós fomos coniventes com a violência ora denunciada no processo em questão, mesmo sabendo este, que os diretores e trabalhadores não tinham o menor conhecimento dos termos da denúncia, visto que a Adefom não é parte no processo.

Cabe esclarecer que embora a matéria do dia 20 de janeiro tente imputar omissão e descaso da Adefom, destacamos que a ADEFOM, seus diretores e trabalhadores não possuem qualquer envolvimento com os fatos noticiados, não tem nenhum contato com as vítimas ou suas famílias, assim vale esclarecer que;

1. O acusado M.H.O. nunca atendeu crianças na Adefom, seu trabalho voluntário sempre foi no atendimento de adultos e participação nas inúmeras ações desenvolvidas pela instituição, assim como outros inúmeros voluntários, além disso nos últimos anos, face a idade e questões de saúde, este foi se afastando cada vez mais dos trabalhos voluntários.
2. Fato é que a violência ora denunciada ocorria na residência deste, conforme matérias noticiadas e relato do Pai das menores, sendo que a Adefom desconhece todas as partes envolvidas, não sendo estas associadas a Adefom.
3. Os atendimentos feitos aos menores/crianças na Adefom são realizados exclusivamente por profissionais qualificados com a devida supervisão dos pais que tem a liberdade de estar sempre com seus filhos assistidos, pois a habilitação e a reabilitação passam pela participação, presença física e empenho das famílias dos atendidos na Adefom. O que reflete a seriedade da Instituição, bem como o seu comprometimento com a transparência e a proteção dos envolvidos em todas as suas ações.

Fato é que a matéria tenta envolver a Adefom em ato que foge a sua condição institucional, **“A Adefom não se manifesta sobre processo que está em segredo de justiça”**. Tal matéria tenta ofender não só a sua Diretoria, mas todos os seus trabalhadores, voluntários, os atendidos e seus familiares que participam diretamente dos atendimentos, das ações e trabalhos desenvolvidos que buscam melhorar a vida não só das crianças da Adefom, mas também das suas famílias e pessoas de toda a região Centro-Oeste.

Cabe enfatizar que a Adefom é uma instituição que preza pelo rigor da lei, respeitado o devido processo legal, pois assim confiamos que a justiça será feita.

Reiteramos nosso compromisso com a transparência e com a justiça. Confiamos que as medidas cabíveis serão aplicadas com o rigor necessário. A ADEFOM permanece firme em sua missão de promover a inclusão social, garantir direitos e oferecer suporte às pessoas com deficiência e suas famílias.

Cabe expor que os trabalhadores da Adefom, os voluntários, os atendidos, as famílias dos atendidos e os diretores estão todos comovidos e indignados com o caso e a violência noticiada.

A Adefom se tornou a instituição de notório respeito e confiança porque é feita por muitas mãos, pois tem como valores a diversidade e a dignidade humana, o que faz com que todos os atendidos e participantes das suas ações se sintam acolhidos, protegidos e respeitados.

Por fim, reforçamos nossa solidariedade às vítimas e suas famílias, atrelada a esperança na recuperação emocional destas, desejando que possam superar esta situação dolorosa e tão difícil com força e amparo necessários.

Sendo o que se apresenta.

João Galvão

Presidente da Adefom

Reginaldo Couto – OAB/MG 212.354

Assessor jurídico